



Vereador também está sendo julgado por suspeita de corrupção

Vini deve ser suspenso e ficar sem salário, aponta Corregedoria

O vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP) ficará afastado do mandato por 60 dias e não receberá o salário durante esse período, segundo a pena proposta nesta quarta-feira (2) pela Corregedoria da Câmara. Isso porque, segundo o órgão, houve infração ética e disciplinar do parlamentar envolvendo o vereador Bene Lima (PL-SP). Contudo, para ser aplicada, a pena terá que ser aprovada pelos vereadores em plenário. Para tanto, o presidente da Casa, vereador Luiz Rossini (Republicanos-SP) tem até 30 dias para colocar a proposta em votação. Em um vídeo, Vini teria dito que Lima teria relações de cunho sexual com servidores do próprio gabinete e que apalparia colegas no plenário. Segundo Lima, o conteúdo teve repercussão pública, atingindo-lhe a honra, assim como as de seus funcionários.

R\$ 35.600

A penalidade foi proposta pelo vereador Carlinhos Camêlo (PSB-SP), corregedor do caso. Caso a pena seja aprovada, Vini deixará de receber R\$ 35.600 brutos, correspondentes a dois meses de vencimentos. Já o vídeo teria sido gravado na empresa de ônibus Smile Transportes, onde Vini também foi filmado retirando um malote cujo conteúdo é desconhecido. Uma Comissão Processante o está julgando por suspeita de quebra de decoro, improbidade administrativa e corrupção.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS



Projeto de lei é do vereador Luiz Cirilo (Podemos-SP)

Reconhecimento facial nas escolas

O vereador Luiz Cirilo (Podemos-SP) protocolou um projeto de lei para criar o Programa Municipal de Controle de Acesso e Segurança Escolar por Reconhecimento Facial. A proposta utiliza a tecnologia nas escolas municipais para controlar a entrada de alunos, professores, funcionários e autorizados, a fim de reforçar a segurança e o monitoramento da frequência contra a evasão escolar. A segurança não pode começar depois da tragédia, afirma Cirilo sobre a iniciativa preventiva.

Dados biométricos

Com implantação gradual dependente de critérios técnicos e orçamento, o projeto garante proteção aos dados biométricos de crianças de acordo com a legislação. Falhas no sistema não impedirão o acesso dos alunos, evitando dependência exclusivamente automatizada. A proposta segue para as comissões da Câmara antes da votação em plenário.

PINGA-FOGO

Sepultamento

Os vereadores de Campinas aprovaram em primeiro turno na sessão de quarta-feira (2) o projeto de lei que estabelece regras para o sepultamento de nascituros e natimortos no município. A proposta é o vereador Guilherme Teixeira (PL-SP) e abrange casos independentemente de idade gestacional peso ou estatura.

Destinação do corpo

Na prática, a proposta busca assegurar às famílias o direito de dar uma destinação ao corpo mesmo nos casos de perdas ocorridas nas fases iniciais da gestação. Para viabilizar o procedimento, o projeto estabelece ainda que deverá ser fornecida à família a respectiva declaração de óbito do nascituro/natimorto.

Dignidade

O projeto proíbe tratamentos incompatíveis com a dignidade da pessoa humana e garante o direito de destinação do corpinho, inclusive em episódios de perdas ocorridas no início da gestação. Mas, a execução do procedimento exige a emissão de declaração de óbito para fornecimento dos restos mortais aos familiares.

Ritual de despedida

A matéria busca adequar as regras municipais à legislação federal sobre direito ao luto. Prevê que a família defina a forma, entre sepultamento ou cremação. Segundo a justificativa, a legislação vigente gera restrições. Por isso, a proposta visa corrigir impedimentos nos serviços funerários locais para permitir rituais de despedida.

Processo de luto

Busca humanizar o atendimento prestado a famílias que enfrentam perdas gestacionais, permitindo rituais de despedida e contribuindo para o processo de luto. O projeto segue em tramitação na Câmara, e, se aprovado em segunda discussão pelos vereadores, irá à sanção do prefeito Dário (Republicanos-SP).

Natimorto

É o bebê que morre dentro do útero da mãe ou durante o parto, após atingir a idade gestacional em que poderia sobreviver fora do corpo materno. Nasce sem sinais respiratórios ou batimentos cardíacos. A definição jurídica e médica exige que haja emissão da declaração de óbito.



Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva (STJ e TSE) confirmou participação

Cueva se junta a Fux e demais ministros em aula na PUC

Participam também os ministros Gurgel de Faria (STJ) e Douglas Rodrigues (TST)

Por **Raquel Valli**

TÓPICOS

Entre os temas a serem discutidos, encontra-se o Negócio Jurídico Processual, que permite às partes definir aspectos do procedimento dentro dos limites legais. Também será discutida a desjudicialização, que possibilita solucionar determinados conflitos fora dos tribunais.

Inventários e divórcios realizados em cartórios, além de conciliação, mediação e arbitragem, são exemplos de mecanismos que podem evitar a abertura de processos judiciais. Por isso, a proposta é permitir que questões que não dependam necessariamente de uma decisão de um juiz sejam resolvidas por outros meios.

FOCO

De acordo com os juristas, a adoção de alternativas ao processo judicial pode permitir que o Poder Judiciário concentre sua atuação em demandas que efetivamente dependam de decisão judicial.

PÚBLICO-ALVO

A aula é voltada a estudantes, professores, profissionais do Direito e demais interessados em acompanhar as mudanças nos modelos de processo e resolução de conflitos no Brasil.

O ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral, também confirmou presença e estará em Campinas nesta sexta-feira (4) para se juntar aos ministros Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, Gurgel de Faria, do Superior Tribunal de Justiça, Douglas Rodrigues, do Tribunal Superior do Trabalho, e do jurista Lenio Streck para a aula “Desjudicialização e modernização da Justiça”, a ser ministrada às 18h30, no Auditório do Campus I da PUC-Campinas.

As inscrições estão encerradas, mas haverá transmissão ao vivo pelo YouTube.

A proposta é discutir mecanismos para tornar a solução de conflitos mais rápida e eficiente, diante do grande volume de processos do país.

“É uma conversa que interessa não apenas aos profissionais do Direito, mas a toda a sociedade”, afirmou o secretário municipal de Justiça, Peter Panutto.

A iniciativa é do Centro de Excelência em Direito da Unoesc, com apoio da PUC-Campinas e da prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Justiça e da Escola de Justiça de Campinas.